



Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO  
OUVIDORIA

OFC-OUVID - 272018  
Código de validação: EDA0D6CD40

São Luís (MA), 26 de junho de 2018

A Sua Excelência o Senhor  
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos  
MD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Assunto: **Relatório da Audiência Pública do Termo Judiciário de São José de Ribamar**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a V. Exa. ata da 2ª audiência pública sob minha gestão, realizada no Termo Judiciário de São José de Ribamar no dia 05 de junho do corrente ano.

As reclamações se deram predominantemente por parte dos magistrados atuantes no Termo, devido ao grande acervo e necessidade de instalação de novas unidades, dada à elevada demanda.

Assim, formalizo o ocorrido no evento, na esperança de que V. Exa. encaminhe a solução adequada para os problemas que estejam na sua esfera de atribuição e competência.

Atenciosamente,

JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA  
Ouvidor  
Gab. Des. José Luiz Oliveira de Almeida  
Matrícula 16048

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 26/06/2018 13:22 (JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA)



OFC-OUVID - 272018 / Código: EDA0D6CD40  
Valide o documento em [www.tjma.jus.br/validadoc.php](http://www.tjma.jus.br/validadoc.php)



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO MARANHÃO  
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa  
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820  
E-mail: [ouvidoria@tjma.jus.br](mailto:ouvidoria@tjma.jus.br); telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

No dia 05 de junho, no Salão Paroquial da Paróquia e Santuário de São José de Ribamar, às 17h, teve início a audiência Pública de São José de Ribamar. A audiência contou com a participação de cerca de 80 pessoas. O evento foi iniciado com a exibição do vídeo institucional. Foram chamados pelo Cerimonial a compor a mesa o Ouvidor Judiciário, Desembargador José Luiz Almeida; o juiz Titular do Juizado Especial de São José de Ribamar e também Coordenador dos Juizados Especiais, representando o Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Marcelo Carvalho Silva; o juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, Dr. Cristiano Simas de Sousa, representando o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos; e o Juiz Titular da 3ª Vara cível e Diretor do Fórum de São José de Ribamar, Dr. Márcio José do Carmo Matos Costa. Presentes também os juízes Celso Orlando Aranha Pinheiro Junior (1ª Vara Cível), Ticiany Gedeon Maciel Palácio (2ª Vara Cível), Márcio José do Carmo Matos Costa (3ª Vara Cível) e Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes (1ª Vara Criminal). Com a palavra o Ouvidor fez agradecimentos à Paróquia pela cessão do espaço para realização do evento, à equipe da Ouvidoria pela organização, aos juízes, às autoridades e ao público em geral pelo comparecimento à audiência. O Ouvidor destacou o papel da Ouvidoria, que consiste em um canal de aproximação do judiciário com a população. O objetivo da Ouvidoria com a realização das audiências públicas, anotou o ouvidor, é verificar, in loco, as demandas existentes, ouvir a população e promover um judiciário mais sensível aos anseios dos cidadãos, bem como buscar alternativas junto à Administração do Tribunal de Justiça para os problemas apresentados. O Desembargador José Luiz Almeida afirmou que a sociedade evoluiu e que a população clama cada vez mais por seus direitos e por uma prestação de serviços adequada. Reconheceu a existência de problemas estruturais no Judiciário como um todo, que dificultam a entrega de uma prestação jurisdicional adequada. Enfatizou ser necessário empenho e determinação para enfrentar tais problemáticas, que magistrados e servidores devem fazer o melhor possível, pois existe um débito do Judiciário para com a sociedade. Destacou a presença dos Juízes Auxiliares da Presidência e da Corregedoria, Dr. Cristiano Simas e Dr. Marcelo Libério, respectivamente, incumbidos de levar as demandas da competência de seus respectivos setores. Franqueou a palavra ao Público, esclarecendo que as demandas recebidas seriam catalogadas e respondidas. Maria José Silva, moradora de São José de Ribamar, parabenizou a atuação da Ouvidoria, defendendo que tal postura



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO MARANHÃO  
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa  
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820  
E-mail: [ouvidoria@tjma.jus.br](mailto:ouvidoria@tjma.jus.br); telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)

beneficia a comunidade, já que esta é carente de informação e de acesso à justiça. O Senhor Manoel Silva, morador da Nova Terra, complementando a colocação anterior, solicitou que o Judiciário encaminhe representantes aos povoados que são carentes de informação e desconhecedores das leis. Com a palavra o Dr. Marcelo Libério, este informou que o Termo conta com uma população elevada e tem apresentado um crescimento exponencial. Explanou acerca da elevada demanda processual das unidades jurisdicionais do Termo, expondo a crítica situação das Varas e Juizado de São José de Ribamar, relatando, por exemplo, que a 1ª Vara Cível possui um acervo de aproximadamente 11 mil processos, que a 3ª Vara Cível acumula competência para atos infracionais, família, infância e juventude e matéria cível e que há um único juizado compete atender a demanda de 175 mil jurisdicionados. Segundo o magistrado tais fatores impossibilitam uma prestação jurisdicional célere e adequada. Comunicou ainda que o 2º Juizado Especial do Termo já foi criado por lei e que a instalação das unidades já criadas é medida que urge, alegando não ser possível atender de maneira adequada o jurisdicionado com as atuais estruturas. Marcelo Libério defendeu que a população Ribamarense precisa de uma atenção maior por parte do Tribunal de Justiça. O juiz auxiliar da presidência, Dr. Cristiano Simas, cumprimentou os presentes e afirmou ser também proposta do presidente, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, a democratização do judiciário, enfatizando a importância da participação popular. Reconheceu as dificuldades enfrentadas pelos magistrados e disse estar convicto de que os magistrados se fizeram presentes por terem a consciência de que têm se empenhado diariamente, embora ainda não o consigam da maneira ideal. O Diretor do Fórum de São José de Ribamar, Dr. Márcio José, informou ter participado de reunião com o presidente do Tribunal de Justiça sobre a instalação das novas unidades. Expôs a dificuldade em atender toda a demanda com apenas 6 juízes atuando no Termo. O Ouvidor enfatizou que o Judiciário tem ciência de suas deficiências e a mesa diretora tem trabalhado para corrigi-las, contudo existem limitações. O Desembargador José Luiz Almeida informou que tem realizado visita a unidades jurisdicionais, e chegou a se deparar, em uma das oportunidades, com uma realidade caótica em termos de demanda processual e alocação de processos, impedindo até o trânsito dos servidores na unidade dada a grande demanda. Embora seja essa a realidade, frisou que o Judiciário como um todo deve buscar alternativas para entregar a prestação jurisdicional adequada e se manter sensível às demandas da população. Marly de Jesus, aposentada, relatou possuir um processo contra o Banco do Brasil, no qual houve interposição de recurso pelo Banco, não tendo obtido até a presente data solução para



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO MARANHÃO  
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa  
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820  
E-mail: [ouvidoria@tjma.jus.br](mailto:ouvidoria@tjma.jus.br); telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)

o caso. A juíza da 1ª Vara Criminal, Dra. Tereza Cristina Mendes, questionou o fato do Termo de São José de Ribamar ser relegado pela administração do Tribunal de Justiça, afirmando que comarcas com demanda semelhante possuem mais unidades jurisdicionais e juízes titulares do que São José de Ribamar, a exemplo da Comarca de Timon. O Ouvidor respondeu que o Tribunal precisa ter uma política de governança acurada e que o Tribunal deve estabelecer as prioridades, devendo manter-se atento às necessidades mais urgentes. A Sra. Núbia Cristina Reis, integrante da associação de agricultores de São José de Ribamar, reclamou da falta de acessibilidade para as pessoas deficientes na cidade. Relatou, ainda, ser parte em um processo de pensão alimentícia na Vara de Família, no qual não foi possível, apesar do tempo decorrido, receber a verba alimentar. O Ouvidor informou que a demanda seria cadastrada na Ouvidoria, dando-se posterior retorno à manifestante. Juíza da 2ª Vara Cível, Ticiany Gedeon Maciel Palácio, sentiu falta da presença maciça dos advogados atuantes na região. A magistrada elencou as dificuldades enfrentadas pela 2ª Vara Cível e demais unidades do Termo. Revelou que sua unidade está com distribuição mensal de aproximadamente 120 processos. O juiz auxiliar da Presidência e também responsável pelo planejamento estratégico, Cristiano Simas, disse que apesar das sabidas dificuldades deve-se procurar vias para atender da melhor forma possível a demanda da população. O Ouvidor reforçou as palavras do Juiz auxiliar, esclarecendo o intuito da audiência. Neife Abraão, representante da Liga Esportiva, informou ter sido vítima de um assalto, ocorrido há 17 anos, fato este que gerou processo na 7ª Vara Criminal até a presente data sem solução. Alegou ter prestado testemunho diversas vezes e diante da impossibilidade de seu comparecimento uma única vez, foi surpreendido por uma intimação judicial determinando sua prisão, caso não comparecesse para testemunhar. Diante disso solicitou ao Ouvidor que o Judiciário dê mais celeridade à justiça e andamento processual, sobretudo aos processos criminais. O Ouvidor afirmou ter constatado que ao processo criminal não se dá a devida atenção e que o Judiciário deve dar uma guinada nessa área. O Sr. Cláudio Trinta, advogado atuante na região, reclamou da demora nos processos que tramitam no Juizado de São José de Ribamar, quando estes são remetidos à Turma Recursal, onde ocorre o problema maior de morosidade, visto que ficam aguardando por anos o julgamento dos recursos. Informou que dada a morosidade processual, realidade em quase todo Judiciário, há um desânimo grande por parte dos advogados, que têm deixado a carreira advocatícia buscando outros ofícios. O desembargador informou que foi tomada providência por parte do Tribunal quanto ao Órgão Recursal da Justiça Especial, com a instalação da Turma Recursal



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO MARANHÃO  
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa  
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820  
E-mail: [ouvidoria@tjma.jus.br](mailto:ouvidoria@tjma.jus.br); telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)

temporária, para dar vazão à demanda. José Isaac Buarque de Holanda, Secretário de Agricultura do Município de São José de Ribamar, relatou que houve um assalto à Secretaria da qual faz parte, tendo sido prestada queixa. Entretanto informou não ter sido decretada a prisão dos responsáveis devido ao flagrante já ter passado. O desembargador esclareceu tratar-se de questão de competência da autoridade policial. Em complemento à demanda do senhor José Holanda, a magistrada Tereza Cristina, alegou que há demora na devolução dos autos por parte Central de Inquéritos de São Luís. O Sr. Romilson Carvalho reclamou da criminalidade que cresce no município e da omissão por parte das autoridades no combate à mesma. O Vice-Prefeito Eudes Sampaio, representando o prefeito do Município, Luís Fernando Moura da Silva, parabenizou a atuação da Ouvidoria e reiterou a fala do Dr. Marcelo Libério, quanto ao crescimento exponencial da população e consequente demanda processual. Mostrou inconformismo com o fato de cidades menores possuírem mais unidades judiciais e juízes titularizados, sugerindo a seu ver, um atendimento desigual à Sociedade Ribamarense. Afirmou ser necessário a instalação de novas unidades e a designação de mais juízes para atuar no Termo Judiciário, para que deste modo possa ser suprida a demanda elevada da população. Dr. Cristiano Simas, quanto à solicitação de novas comarcas, sugeriu aos magistrados do Termo que se reúnam com o Presidente, juntamente ao Ouvidor Judiciário, para apresentar esta e outras demandas. Demonstrou ainda satisfação em participar do evento, colocando-se à disposição da Ouvidoria. Finalizando, o Desembargador destacou que importa para o usuário darmos soluções para as demandas que batem à porta da justiça. Afirmou ser necessário haver um exame crítico para que se possa dar uma resposta célere ao jurisdicionado. Reforçou que o Tribunal precisa ter uma política de governança acurada, estabelecer as prioridades e fazer uma política voltada para o cidadão. Considera que certos problemas estruturais foram frutos de gestão inadequada, contudo juízes e magistrados devem trabalhar para reverter tal quadro. Afirmou o compromisso e o empenho da atual mesa diretora do Tribunal em adotar medidas para correção de tais problemas. Por fim, Ouvidor agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a audiência, às 19:30h. Para constar, eu, Lilian Karissa Costa Barros, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, desembargador José Luiz Oliveira de Almeida.

**José Luiz Oliveira de Almeida**  
**Ouvidor Judiciário**



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO MARANHÃO  
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa  
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820  
E-mail: [ouvidoria@tjma.jus.br](mailto:ouvidoria@tjma.jus.br); telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)